

DIEGO SANTIAGO Y CALDO

Kazuo Watanabe

Prefácio

Paulo Henrique dos Santos Lucon

Apresentação

AÇÕES COLETIVAS
REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA
SOB A ÓTICA COMPARADA

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Uissés Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C146a	Caldo, Diego Santiago y
	Ações coletivas: representatividade adequada sob a ótica comparada / Diego Santiago y Caldo. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
	293p. : 14,5cm x 21,5cm.
	ISBN: 978-65-5518-423-5
	1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Processo coletivo. I. Título.
2022-1763	CDD 341.46 CDU 347.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - RBR-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CALDO, Diego Santiago y. *Ações coletivas: representatividade adequada sob a ótica comparada*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 293p. ISBN 978-65-5518-423-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Kazuo Watanabe	13
-----------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Paulo Henrique dos Santos Lucon	17
--	----

INTRODUÇÃO.....19

1	A tutela coletiva	19
2	A representatividade adequada como elemento essencial da tutela coletiva.....	22
3	Objeto de pesquisa	26

CAPÍTULO I

PERSPECTIVA HISTÓRICA DA TUTELA COLETIVA E DO CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA.....27

1	Panorama.....	27
2	A ação popular romana e a gênese da representatividade adequada	28
3	Ações de grupo do direito medieval inglês e a representatividade social/institucional.....	30
4	As <i>class actions</i> norte-americanas	33
4.1	As ações coletivas das <i>Equity Rules</i> e o controle judicial da representatividade.....	35
4.2	<i>Federal Rules of Civil Procedure</i> e a consagração da representatividade adequada	37
4.3	O aprimoramento das <i>Federal Rules of Civil Procedure</i>	39
5	A construção da tutela jurisdicional coletiva no sistema brasileiro	42
5.1	A fundação do sistema.....	43
5.2	A consolidação do sistema e as primeiras discussões sobre o controle da representatividade adequada	46
5.3	Retrocessos e avanços legislativos	50
5.4	O Código de Processo Civil de 2015	52

CAPÍTULO II

A ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS PROCESSUAIS

COLETIVOS	57
1 Aspectos gerais	57
2 Classificação dos direitos transindividuais brasileiros	66
3 Os tipos de ações coletivas norte-americanas	69
3.1 <i>Mandatory class actions</i>	69
3.2 <i>Non-mandatory class actions</i>	74

CAPÍTULO III

LEGITIMIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS.....81

1 Noções introdutórias.....	81
1.1 Modelos de legitimidade coletiva	82
1.1.1 Legitimação pública	83
1.1.2 Legitimação privada	84
1.1.3 Legitimação mista.....	87
2 Legitimidade das ações coletivas norte-americanas.....	89
2.1 O indivíduo como protagonista	90
2.2 A atuação governamental suplementar	100
3 A escolha do legislador brasileiro	102
3.1 Protagonismo de entes públicos e privados.....	104
3.2 O cidadão como ator coadjuvante.....	111

CAPÍTULO IV

COISA JULGADA COLETIVA.....115

1 Coisa julgada coletiva brasileira.....	115
1.1 Direitos difusos e coletivos stricto sensu	116
1.2 Direitos individuais homogêneos	118
1.3 A aderência das pretensões individuais à ação coletiva	123
1.4 Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva.....	125
1.5 Limites territoriais da coisa julgada coletiva.....	126
1.6 Coisa julgada no mandado de segurança e no mandado de injunção coletivos.....	128
2. O regramento norte-americano da coisa julgada.....	130

CAPÍTULO V

REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NAS *CLASS ACTIONS*133

1	Considerações gerais.....	133
2	Certificação e controle da adequada representatividade	136
2.1	Litisconsórcio impraticável	139
2.2	Existência de questões de fato ou de direito comuns à classe	144
2.3	Relação entre as pretensões e defesas do porta-voz e dos integrantes da classe	147
3	Parâmetros de aferição da representatividade adequada	149
3.1	Adequação do intérprete da coletividade.....	150
3.2	Suficiência financeira do porta-voz da classe.....	154
3.3	A atuação do advogado	155
3.4	Ausência de conflitos de interesses	159
3.4.1	Conflitos envolvendo os membros do grupo e o seu porta-voz judicial.....	161
3.4.2	Conflitos envolvendo o advogado do grupo.....	165
3.5	Representatividade adequada no <i>Private Securities Litigation Reform Act</i>	170
4	Outros parâmetros sugeridos pela doutrina	171
5	Consequências da inadequada representatividade na <i>class action</i>	176
6	Representatividade adequada e preclusão	177
7	Algumas considerações sobre a prática forense	182

CAPÍTULO VI

REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO DIREITO BRASILEIRO187

1	A viabilidade do controle da representatividade no modelo brasileiro	187
2	Natureza jurídica	198
3	Parâmetros de controle da representatividade adequada.....	203
3.1	Pertinência temática	203
3.1.1	Das entidades associativas	206
3.1.2	Do Ministério Público	216
3.1.3	Da Defensoria Pública	224
3.2	Outros parâmetros jurisprudenciais de aferição da representatividade adequada	233

4	Critérios suplementares de aferição da representatividade.....	238
5	As consequências da inadequação do porta-voz da coletividade.....	246
6	Análise dos Projetos de Lei 4.778/2020, 4.441/2020 e 1.641/2021	253
7	Representatividade adequada no controle concentrado de constitucionalidade	256
8	Representatividade adequada do <i>amicus curiae</i>	260
CONCLUSÃO		269
REFERÊNCIAS.....		277